

Demonstração do Valor Adicionado

A importância de conhecer a entidade e seu valor de contribuição a sociedade

Valter Roberto da Silva*

Marcelo Erédia de Souza**

Esliane Carecho B. Silva***

Este artigo buscou levantar fundamentos para reflexão sobre a elaboração e divulgação da Demonstração do Valor Adicionado; para tanto, utilizou-se da técnica de pesquisa bibliográfica, em que se procurou apresentar uma conceituação sobre sua introdução no âmbito nacional, além de explicar sua elaboração e apresentar um modelo já elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI. Em seguida, desenvolver um exemplo prático, usando informações reais do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado de Exercício da São Luiz Cargas, uma tradicional empresa no ramo de transporte rodoviário da cidade de Três Lagoas (MS) e avaliar sua lucratividade e rentabilidade por meio de índices financeiros. Por intermédio dessa pesquisa, poderemos ver que a Demonstração do Valor Adicionado poderá ser aplicada a todos os tipos de empresas, não necessariamente às sociedades anônimas; queremos introduzir o conceito da transparência das informações entre empresa/comunidade/governo. O intuito deste artigo é não desmerecer os demais relatórios contábeis e, sim, com a utilização da Demonstração do Valor Adicionado, evidenciar o papel social das empresas, apresentando claramente a riqueza gerada, para que toda a sociedade conheça sua função positiva na criação de valor para a comunidade (responsabilidade social).



A globalização econômica vem forçando as empresas a realizarem suas atividades em um ambiente altamente competitivo e complexo, o que faz da informação uma das variáveis mais importantes para o processo decisório, tanto dos usuários internos como externos. Essas informações preliminares nos remetem a confiar no potencial que tem a Contabilidade, para atender às necessidades tanto do ponto de vista da entidade quanto da sociedade. Sobre essa última, o presente trabalho pretende debater-se em informações que nos permitem formar um entendimento acerca da importância da Contabilidade dentro do contexto social. Nesse sentido, existe uma grande diversidade em que a Contabilidade atua, dentre elas a Contabilidade social.

A Contabilidade social tem importância na produção de informações sobre o valor adicionado, que a torna, diante do cenário atual, necessária para que se tenha informações de cunho social, razão pela qual revela-se oportuno que seja apresentado um breve estudo sobre a mesma. Partindo-se da Contabilidade social, encontra-se a Demonstração do Valor Adicionado, objeto central dos estudos que serão apresentados neste trabalho.

No que concerne à Contabilidade, percebe-se que, aos poucos, mas de forma consistente, está cumprindo seu verdadeiro papel, enquanto ciência social, na medida em que tem atendido às suas finalidades, possibilitando a ligação da entidade com a sociedade.

Do ponto de vista das informações contábeis, e considerando-se o papel da Contabilidade social, encontra-se no Balanço Social o instrumento adequado para representar as variações ocorridas na entidade, do ponto de vista social.

Segundo De Luca (1998, p. 23): O Balanço Social "[...] é um instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas nesse campo e principalmente avaliar as realizações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade".

De Luca nos informa ainda, que segundo Tinoco (1984, p. 108): "O Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa reportar, da forma mais transparente possível, vale dizer, com evidenciação plena, informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários da informação, dentre esses usuários os trabalhadores".

Dentre essas informações tão relevantes contidas no Balanço Social, podemos citar: evolução do emprego, relações profissionais, formação profissional, treinamentos, condições de higiene e segurança, outras condições de vida dependentes da empresa, tais como alojamento e transporte, proteção ao meio ambiente, utilização da riqueza da empresa, entre outras.

É nesse contexto que se manifesta a necessidade de se ter uma demonstração econômico-financeira que propicie informações que sejam compreensíveis e transparentes a qualquer categoria de usuário, independentemente do grau de seus conhecimentos em matéria contábil. Assim surge a Demonstração do Valor Adicionado, doravante denominada DVA, que assume o papel de demonstração contábil complementar, visando a informar sobre a participação de todos os fatores econômicos que intervieram na criação de valor para a entidade e o consequente rateio desse valor entre esses mesmos agentes econômicos.

De Luca (1998, p. 25) ainda diz: "Balanço Social é o documento pela qual a empresa apresenta dados que permitem identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente".

Santos (1999) afirma que "[...] DVA é um componente importantíssimo do Balanço Social e deve ser entendida como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição de riqueza de uma entidade".

A DVA no âmbito nacional

No Brasil, o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado ainda são muito recentes, em comparação aos EUA e aos países da Europa, segundo nos informe De Luca (1998, p. 25): "[...] até mais recentemente, tudo o que se conhecia sobre balanço social estava nas estantes das universidades, resultado de pesquisas e de estudos com base nas experiências de outros países".

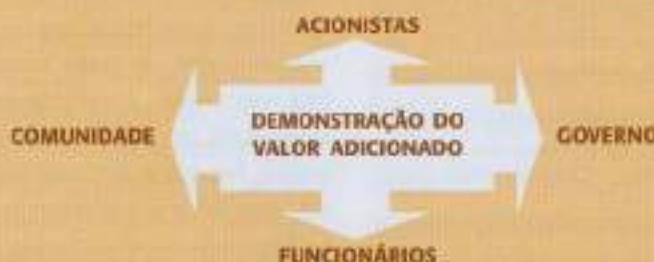
De Luca segue informando que, no final da década de 80 e no início da de 90, foram publicados os primeiros relatórios no rumo do verdadeiro Balanço Social, além de informações de natureza social.

Nessa fase da relação empresa/sociedade, o balanço social passou a ser defendido por um grande número de pessoas com expressão social. O sociólogo Herbert de Souza lançou uma campanha nacional acerca da publicação e divulgação sobre o Balanço Social, cuja ideia foi compartilhada pelas deputadas federais Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, com a apresentação de um projeto de lei, em 1997, cujo objetivo maior é para que as empresas privadas com mais de 100 empregados sejam obrigadas à elaboração do Balanço Social. Essa obrigatoriedade, cobrada a partir do projeto de lei, estende-se às empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionárias e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública, independentemente do número de empregados.

Nessa demonstração são apresentados os principais indicadores dessa participação social da entidade, tais como: evolução do emprego, relações profissionais, formação profissional e treinamentos, condições de higiene e segurança, proteção ao meio ambiente e utilização da riqueza da empresa.

Do ponto de vista econômico, o Balanço Social agrupa informações importantes à tomada de decisão. As informa-

GRÁFICO 1



Fonte: Elaborado pelos próprios autores.

ções contidas no Balanço Social são complementadas por dados indicativos dos valores despendidos pela empresa nessas ações. Para complementar essas informações, a Contabilidade criou a DVA – Demonstração do Valor Adicionado – como peça do Balanço Social que mostra a riqueza gerada pela empresa e a distribuição dessa riqueza com os acionistas, funcionários, governo, remuneração do capital de terceiros por meio dos juros pagos. Compõem o Balanço Social várias demonstrações entre as quais vamos encontrar a Demonstração do Valor Adicionado, que daqui para a frente será objeto de estudo mais aprofundado quanto aos aspectos gerais, para que haja um maior entendimento sobre o mesmo.

A determinação do Valor Adicionado das empresas

A Demonstração do Valor Adicionado surgiu por influência da França e da Alemanha como forma de mensuração da participação da empresa nesse contexto social. Essa demonstração aborda um conceito puramente econômico, evidenciando quanto de valor a empresa agrava durante o seu processo produtivo ampliando assim os horizontes de seus usuários.

A DVA tem uma função muito importante à medida que fornece aos seus usuários a informação sobre a riqueza criada pela empresa e a forma como essa riqueza foi aplicada.

Suas características básicas são:

- Fornecer informações que demonstram a geração de riqueza da empresa e seus efeitos sobre a sociedade em que está inserida.
- Demonstrar o valor adicionado em cada um dos fatores de produção e seu destino, conforme abaixo:
 - dispêndio na remuneração dos empregados;
 - geração de tributos ao governo (municipal, estadual e federal);
 - remuneração do capital de terceiros por meio de juros;

– remuneração dos acionistas mediante a distribuição de lucros.

- Apresentar o somatório dos valores obtidos nas Demonstrações de Valor Adicionado apresentados pelas unidades produtivas dos mais variados níveis de atividades econômicas que são classificados pelo IBGE, excluídas as duplas contagens, podendo ser considerado como o próprio PIB do país.

- Permitir a análise vertical/horizontal dessa demonstração, com a comparação da participação de cada item da demonstração em sucessivos exercícios sociais, enfatizando sua evolução.

O cálculo do valor adicionado está baseado na metodologia contábil, ou seja, nas práticas contábeis, e considerando-se que o lucro antes das distribuições é representativo da riqueza criada pela companhia em determinado período, a estrutura da DRE pode ser evidenciada sob a forma da igualdade, para assim, demonstrar a distribuição da riqueza criada pela companhia.

$$V - C - S - F - A - I = L = D + R$$

Onde:

V = Receita de Vendas

C = Custos dos produtos vendidos

S = Custos e despesas com pessoal

F = Despesas Financeiras

A = Amortizações, depreciações, exaustões e provisões

I = Impostos sobre o lucro e outros tributos

L = Lucro do exercício antes das distribuições

D = Dividendos e juros sobre o capital próprio

R = Reservas e lucros sobre o capital próprio

Por associação, pode-se estabelecer também que o lucro corresponde ao Valor Adicionado Bruto (VA_{Bruto}) e, seguindo essa mesma lógica, o mesmo poderia ser determinado a partir dessa igualdade, permitindo, então, representá-lo sob a forma de subtração ou em forma de adição, o que faz com que o cálculo

do valor adicionado possa ser obtido mediante a aplicação desses dois procedimentos.

$$VA_{Bruto} = V - C = S + F + A + I + D + R$$

Na primeira igualdade, identifica-se o modo como se gera o valor adicionado bruto e, na segunda, qual sua posterior distribuição entre os agentes econômicos. Dessa forma, o cálculo do valor adicionado pode ser obtido mediante a aplicação de procedimentos de subtração e adição, utilizando-se, como ponto de partida para sua determinação, a DRE. Por conseguinte, a estruturação da DVA segue o método das partidas dobradas e contempla uma parte referente às origens e outra relativa às aplicações de valor adicionado.

Consenzo (2003, p. 7-29) explica que os principais agentes econômicos que participam da geração de riqueza de uma empresa são os seguintes:

Remuneração do trabalho: A retribuição aos empregados é uma das mais importantes entre os diversos grupos que participam do valor adicionado. A participação dos trabalhadores no valor adicionado compreende todos os gastos efetuados com pessoal, em contrapartida ao trabalho realizado no período. Assim, deve conter os pagamentos feitos diretamente aos empregados, como, por exemplo, os salários, as contribuições de segurança social e quaisquer outras vantagens oferecidas por conta de participar na atividade produtiva da companhia.

Remuneração do governo: Apesar de não ser considerado um dos fatores diretos de produção, o governo também participa na criação de riqueza para a entidade, pois apóia suas atividades produtivas por meio de investimentos em infra-estrutura, incentivos fiscais e subvenções. Os impostos pagos ou devidos pela companhia representam, na riqueza gerada, a remuneração do Estado, por seu apoio para que a empresa tenha condições de realizar suas atividades em seu ambiente.

TABELA 1
Pontos positivos e negativos do Valor Adicionado

PONTOS POSITIVOS

- Permite obter uma dupla visão da realidade empresarial: a econômica, relativa ao valor gerado, e a social, correspondente às rendas distribuídas.
- Possibilita desenvolver um efetivo sistema de avaliação dos gestores e entidades.
- Tem uma linguagem aceita por todos os seus destinatários e que se faz compreensível ao conhecimento de qualquer usuário.
- Reflete a lucratividade e a eficiência das operações e atividades da companhia, como também a evolução econômica em seu conjunto.
- Fornecendo dados para a tomada de decisão e o sistema de controle de desempenho.
- Permite conhecer a contribuição econômica da empresa para a renda nacional ou para seu ambiente econômico ou social.

PONTOS NEGATIVOS

- Apresenta dificuldades de entendimento por causa de sua não-normalização e falta de padronização.
- Pode levar a decisões incorretas quanto à maximização do valor adicionado, em lugar dos lucros.
- Está sujeito à incorporação de distorções provocadas por sua subjetividade e forma própria de estimativa.
- Pode motivar uma certa dificuldade na hora de se realizarem análises de desempenho empresarial no setor econômico a que a companhia pertence.
- Necessita de informações contábeis e confiáveis e, se possível, auditadas.
- Pode ser demasiado trabalhoso em ambientes de grandes incertezas e complexidades monetárias, tributárias e econômicas.
- É limitado para medir e informar a eficácia alcançada na distribuição social dos lucros gerados.

Remuneração dos credores: Representa a remuneração dos recursos de terceiros, sob a forma de custo financeiro (juros), por conta do fornecimento de capital para a aplicação na atividade produtiva da companhia.

Remuneração dos acionistas: Evidencia a parcela do lucro destinada aqueles que aplicaram os recursos próprios, reembolsados sob a forma de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, por conta das capitalizações realizadas na empresa. Esse item pode ser um ponto de conflito, dadas as possibilidades de manipulações no processo de adequação do binômio 'rentabilidade/'

risco', visto que a decisão de se repartir entre os investidores a riqueza criada ou retê-la para futuros investimentos estará influindo na taxa de atratividade do negócio.

Segundo Consenza (2003, p. 16), existem algumas divergências na elaboração da DVA. Veja, ao lado, a TABELA 1.

A Universidade de São Paulo (USP), por meio da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPCAFI) elaborou o seguinte modelo (TABELA 2) de demonstração do valor adicionado utilizado hoje pelas empresas:

TABELA 2
Modelo de DVA para empresas em geral e sua elaboração

DESCRÍÇÃO	Em milhares de reais
	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA %
1. RECEITAS 1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços 1.2. Provisão p/ devedores duvidosos - Reversão (Constituições) 1.3. Não-operacionais	
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS e IPI) 2.1. Matérias-primas consumidas 2.2. Custo das mercadorias e serviços vendidos 2.3. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros 2.4. Perda/Recuperação de valores ativos	
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4. RETENÇÕES 4.1. Depreciação, amortização e exaustão	
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA 6.1. Resultado de equivalência patrimonial 6.2. Receitas financeiras	
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6) (RIQUEZA CRIADA PELA EMPRESA)	
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO 8.1. Pessoal e encargos 8.2. Impostos, taxas e contribuições 8.3. Juros e aluguéis 8.4. Juros s/ capital próprio e dividendos 8.5. Lucros retidos/prejuízos do exercício	

Onde (TABELA 2):

1. RECEITAS (soma dos itens 1.1 a 1.5)

1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços

Incluir os valores do ICMS e IPI incidentes sobre essas receitas, ou seja, corresponde à receita bruta ou faturamento bruto.

1.2. Provisão para devedores duvidosos - Reversão/Constituição

Incluir os valores relativos à constituição/banca de provisão para devedores duvidosos.

1.3. Não-operacionais

Incluir valores considerados fora das atividades principais da empresa, tais como ganhos ou perdas na baixa de imobilizados, ganhos ou perdas na baixa de investimentos, etc.

2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (soma dos itens 2.1 a 2.4)

2.1. Matérias-primas consumidas (incluídas no custo do produto vendido).

2.2. Custos das mercadorias e serviços vendidos (não inclui gastos com pessoal próprio).

2.3. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (incluir valores relativos às aquisições e pagamentos a terceiros).

Nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidos e materiais, serviços, energia, etc. consumidos, deverão ser considerados os impostos (ICMS e IPI) incluídos no momento das compras, recuperáveis ou não.

2.4. Perda/recuperação de valores ativos

Incluir valores relativos a valor de mercado de estoques e investimentos, etc. (se no período o valor líquido for positivo deverá ser somado).

3. VALOR ADICIONADO BRUTO

(diferença entre itens 1 e 2).

4. RETENÇÕES

4.1. Depreciação, amortização e exaustão Deverá incluir a despesa contabilizada no período.

5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE

(diferença entre itens 3 e 4)

6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA (soma dos itens 6.1 e 6.2.)

6.1. Resultado de equivalência patrimonial (incluir os valores recebidos como dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo). O resultado de equivalência poderá representar receita ou despesa; se despesa, deverá ser informada entre parênteses.

6.2. Receitas financeiras (incluir todas as receitas financeiras independentemente de sua origem).

7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (soma dos itens 5 e 6)

8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (soma dos itens 8.1 a 8.5.)

8.1. Pessoal e encargos

Nesse item deverão ser incluídos os encargos com férias, 13º salário, FGTS, alimentação, transporte, etc., apropriados ao custo do produto ou resultado do período (não inclui encargos com o INSS – veja tratamento a ser dado no item seguinte).

8.2. Impostos, taxas e contribuições

Além das contribuições devidas ao INSS, imposto de renda, contribuição social e todos os demais impostos, taxas e contribuições deverão ser incluídos nesse item. Os valores relativos ao ICMS e IPI deverão ser considerados como os valores devidos ou já recolhidos aos cofres públicos, representando a diferença entre os

impostos incidentes sobre as vendas e os valores considerados dentro do item 2.

8.3. Juros e aluguéis

Devem ser consideradas as despesas financeiras e as de juros relativos a qualquer tipo de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras e os aluguéis (incluindo-se as despesas com leasing) pagos ou creditados a terceiros.

8.4. Juros sobre o capital próprio e dividendos. Incluir os valores pagos ou creditados aos acionistas. Os juros sobre o capital próprio contabilizados como reserva deverão constar do item 'lucros retidos'.

8.5. Lucros retidos/prejuízo do exercício Deve ser incluído os lucros do período destinados às reservas de lucros e eventuais parcelas ainda sem destinação específica.

TABELA 3
Utilização do Valor Adicionado como instrumento de análise

INDICADOR	FÓRMULA	CONCEITO
Taxa de Variação do Valor Adicionado	$\frac{VA_{\text{final}} - VA_{\text{inicial}}}{VA_{\text{inicial}}} \times 100$	É um indicador que serve para medir a variação anual da riqueza criada pela entidade, ou seja, o crescimento experimentado pela companhia em função dos meios de produção incorporados à sua atividade, pondo em evidência as variações conjunturais sofridas pela empresa.
Produtividade da mão-de-obra	Valor adicionado x 100 / N° de empregados	Esse quociente mostra-nos quanto cada funcionário, em média, produz de riqueza para a empresa e é de extrema importância, principalmente porque o fator trabalho é um dos mais relevantes entre os indicadores macroeconômicos.
Quociente entre gastos com pessoal e valor adicionado	Gastos com pessoal x 100 / Valor adicionado	Mostra-nos a participação da mão-de-obra dos funcionários na evidenciação da riqueza da empresa.
Quociente entre gastos com juros a valor adicionado	Juros com terceiros x 100 / Valor adicionado	Os capitais de terceiros (emprestimos) devem ser entendidos como fator de produção e, portanto, a remuneração a eles destinada representa uma das formas de distribuição de riquezas geradas pelas empresas.
Quociente entre gastos com impostos e valor adicionado	Gastos com impostos x 100 / Valor adicionado	Indica quanto da riqueza criada pela empresa está sendo endereçado ao Estado, ou seja, aos governos Federais, Estaduais e Municipais, na forma de impostos, taxas e contribuições, etc.
Quociente de lucros retidos e dividendos e valor adicionado	Lucros retidos e dividendos x 100 / Valor adicionado	Os valores apresentados por esse quociente podem constituir-se num excelente medidor que indicará a evolução e tendência da forma como as riquezas criadas pelas empresas são distribuídas aos portadores de suas quotas e ações.

Fonte: SANTOS, Aronaldo dos - Demonstração do valor adicionado/Anoalib dos Santos - São Paulo: Atlas, 2003.

Tradicionalmente, as análises efetuadas com base nas demonstrações financeiras consideram as avaliações patrimoniais, econômicas e financeiras. O importante é destacar que tais análises, independentemente do enfoque utilizado, têm por objetivo o fornecimento de informações que possam auxiliar na tomada de decisões.

Entende-se que a demonstração do valor adicionado representa excelente ferramenta de análise e poderá ser utilizada por todos os que pretendam entender um pouco melhor as relações da sociedade. A Contabilidade nacional já tem se servido desse instrumento, mas agora surge a grande oportunidade de passar a utilizá-lo como uma forma de individualizar a participação de cada empresa na formação e distribuição da riqueza. Confira a TABELA 3.

A Viação São Luiz Ltda. iniciou suas atividades no transporte rodoviário de passageiros em 10/05/1972, com a linha intermunicipal de Três Lagoas/MT a Cuiabá/MT, com percurso de 1.130 km em estrada não-pavimentada, cuja duração da viagem chegava a 26h. Essa linha atendia 6 cidades intermediárias em 2 dias por semana: às 2^a e 6^a feiras.

Duas situações importantes mudaram a trajetória dessa empresa para melhor: a primeira foi a divisão do Estado de Mato Grosso, surgindo o Mato Grosso do Sul cuja capital é Campo Grande; e a segunda foi vencer a licitação de concorrência pública da linha interestadual: Campo Grande/MS a Goiânia/GO.

Seu crescimento deu-se pelo desenvolvimento socioeconômico da Região Centro-Oeste, servindo aproximadamente 100 cidades nos Estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso, Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo, onde instalou garagens nas principais cidades.

Aliada à prestação de serviços aos usuários que utilizam os modernos ônibus da empresa em suas linhas, associou a prestação de serviços de cargas e encargos por intermédio da São Luiz Cargas, com isso ganhando a preferência

TABELA 4
Caso: São Luiz Cargas

DESCRIÇÃO	2003	2002
1. RECEITAS	1.086.066	1.423.741
1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.064.009	1.318.921
1.2. Provisão p/ devedores duvidosos – Reversão (Constituição)		
1.3. Não-operacionais	22.057	104.820
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	645.852	968.937
(incluir os valores dos impostos – ICMS e IPI)		
2.1. Matérias-primas consumidas	615.852	968.937
2.2. Custo das mercadorias e serviços vendidos		
2.3. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.4. Perda/Recuperação de valores ativos		
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	440.214	454.804
4. RETENÇÕES		
4.1. Depreciação, amortização e exaustão		
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	440.214	454.804
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1. Resultado de equivalência patrimonial		
6.2. Receitas financeiras		
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6) (RIQUEZA CRIADA PELA EMPRESA)	440.214	454.804
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1. Pessoal e encargos	209.003	237.207
8.2. Impostos, taxas e contribuições	129.377	149.811
8.3. Juros e aluguéis	84.922	102.166
8.4. Variações Monetárias	777	(1.057)
8.5. Lucros retidos/prejuízos do exercício	16.133	(33.323)

Fonte: Dados obtidos por meio do IC e DVA.

dos segmentos que utilizam esse serviço, acreditando no desenvolvimento da Região Centro-Oeste há mais de 30 anos.

Na análise de suas Demonstrações Financeiras, chegamos à elaboração da DVA. Veja TABELA 4.

Nos dias de hoje, as empresas são vistas como parceiras no desenvolvimento da sociedade, gerando renda e empregos. O valor adicionado apurado pela DVA demonstra a sua importância, pois nos mostra a sua contribuição com impostos pagos ao governo que são revertidos à sociedade, como o ICMS, pagamento de salários que aquecem a economia local, a geração de empregos dimi-

nuindo as altas taxas existentes em nosso país, além de sua contribuição com projetos sociais e culturais demonstrados no Balanço Social.

Uma empresa tem grande importância para com a sociedade pois contribui com seu desenvolvimento e o Balanço Social e a DVA demonstram essa importância. Mas a sociedade deve adotar o compromisso e o comprometimento em participar nesse processo de evidenciado social, ou seja, deve exercer pressão sobre empresas e governo a fim de revelar o objetivo dessa demonstração e sua contribuição para uma sociedade mais justa e responsável. Veja a TABELA 5.

Os índices encontrados demonstram a participação dos principais agentes econômicos que influenciaram na geração de riqueza da empresa. Verificamos que o fator mão-de-obra tem a maior influência, visto que uma empresa é composta de indivíduos que contribuem para o seu crescimento e, devido a essa participação, têm como remuneração o pagamento de salários e encargos sociais. Mas como é interessante que cada funcionário saiba realmente o quanto está contribuindo na geração de riqueza, a DVA demonstra essa informação para suprir essa necessidade; então, temos um grande motivo para acreditar no potencial dessa demonstração.

Assim como os empregados de uma empresa tem essa carência de informação, os demais agentes econômicos (governo, principais credores, etc.) também a têm; e a DVA é capaz de suprir essas carências, o que é diferente com a Demonstração de Resultado do Exercício, conforme manifestação de Martins (1997, p. 1): "Afinal, a demonstração de

resultado é uma visão particular, pode-se dizer, no extremo, até egoista, de apenas um dos interessados da empresa, os seus proprietários. A demonstração do valor adicionado é de uma visão muito mais geral, dando à mesma importância a todos os fatores de produção: o trabalho, os demais capitais na forma de crédito e também o governo".

Conclusão

A Contabilidade não tem um fim nela mesma e sim no impacto causado no processo decisório do usuário das suas informações. Os relatórios contábeis são seu produto final, portanto, devem traduzir da forma mais clara possível a realidade econômica neles espelhada. Acredita-se ser tarefa dos contadores e estudiosos propor melhorias no processo de comunicação da Contabilidade.

A Demonstração de Valor Adicionado é de grande utilidade dentro do novo contexto socioeconômico vivido atualmente pelas empresas, evidenciando toda

geração de riqueza e sua distribuição aos elementos que contribuiram para sua formação, atendendo aos diversos usuários.

Pode ser utilizada também como fonte para fins de avaliações macroeconómicas como aplicação no cálculo do PIB, análise de concessões de financiamentos e subsídios governamentais, dentre outros.

O modelo aplicado ao caso desse artigo pode servir de base como incentivo para sua elaboração por todas as empresas, independentemente de seu ramo de atividade, para assim atender a necessidade de informações dos principais agentes econômicos que participam da geração de riqueza das empresas.

O intuito da elaboração desse artigo foi o de conscientizar as empresas - grandes, médias e pequenas - para a necessidade de transparência entre as informações geradas no decorrer de seu ciclo de vida, pois todos os agentes econômicos estão envolvidos na geração de sua riqueza, e para que toda a sociedade conheça a sua função positiva na criação

TABELA 3
Utilização do Valor Adicionado como instrumento de análise

INDICADOR	FÓRMULA	RESULTADO	CONCEITO
Taxa de Variação do Valor Adicionado	$\frac{440.214 - 434.804}{434.804} \times 100$	-3,20%	Demonstra a redução da riqueza de 2002 e 2003.
Produtividade da mão-de-obra	$\frac{550.214}{274}$	R\$ 1.986,62	Significa que cada empregado (por mero de sua força com o trabalho) contribui com R\$ 1.986,62 para a geração de riqueza da empresa, sendo recompensado com o pagamento de salário.
Quociente entre mão-de-obra e valor adicionado	$\frac{209.005}{440.214} \times 100$	47,47%	A análise do total de encargos pessoais implica um percentual, sobre o fator mão-de-obra, de 47,47%, sendo o fator que mais contribui.
Quociente entre gastos com juros e valor adicionado	$\frac{84.922}{440.214} \times 100$	19,29%	Representa o percentual de pagamento de juros pela participação de terceiros, por aplicarem seus recursos financeiros na empresa (banco mediante empréstimos e outros recursos).
Quociente entre gastos com impostos e valor adicionado	$\frac{129.577}{440.214} \times 100$	29,39%	Representa o segundo maior colaborador para a geração de riqueza da empresa, corresponde ao pagamento de taxas, impostos e contribuições para com o governo.
Quociente de lucros líquidos e dividendos e valor adicionado	$\frac{36.133}{440.214} \times 100$	3,66%	Corresponde à parte que é destinada para o pagamento de dividendos aos acionistas da empresa.